

1992 foi um ano emblemático

Há 60 anos, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro foi realizada a Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo. Foi um acontecimento de grande importância, polêmica e irreverente, que preconizou a modernização da sociedade brasileira. Leia a respeito na página 2.



A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

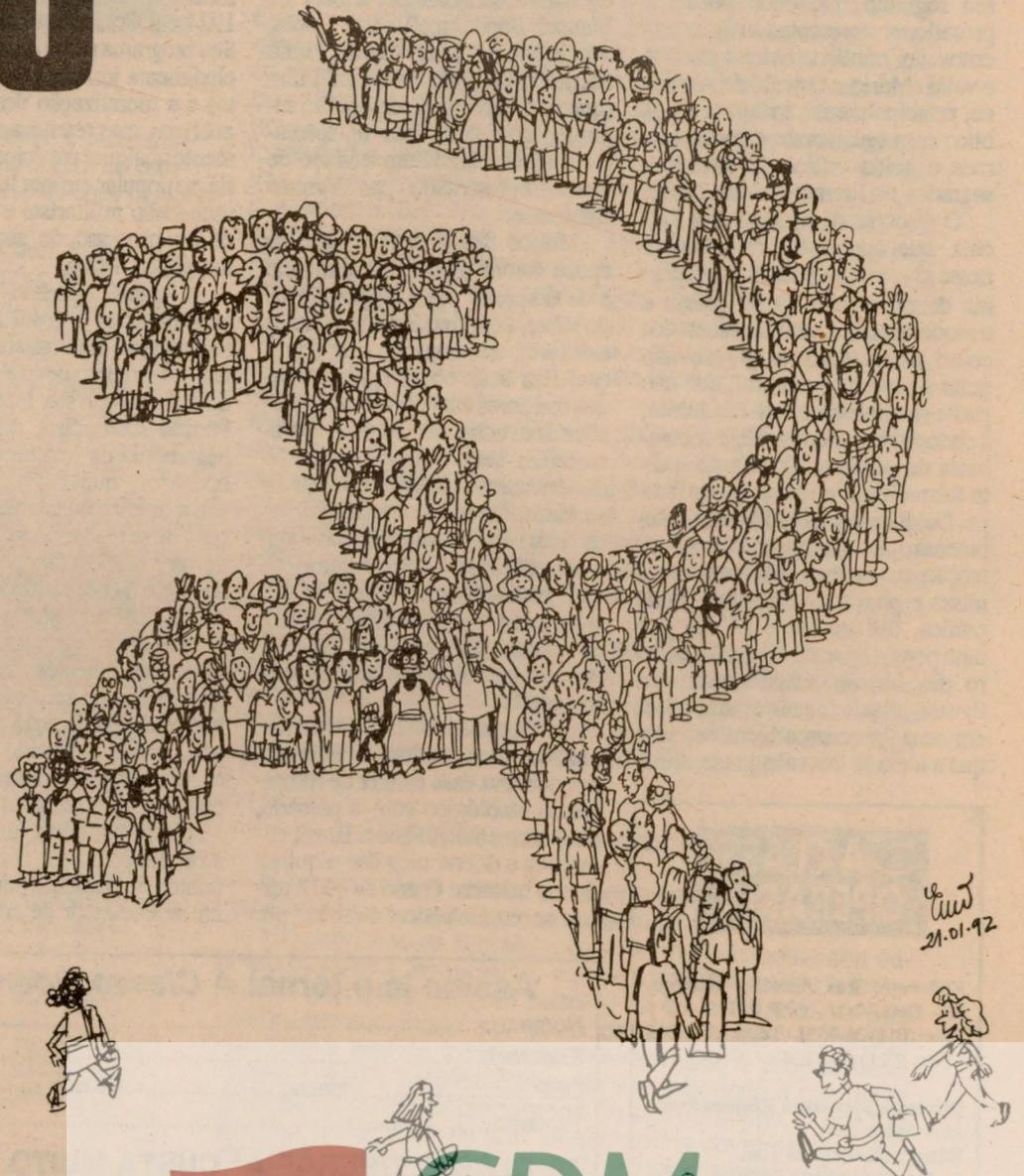
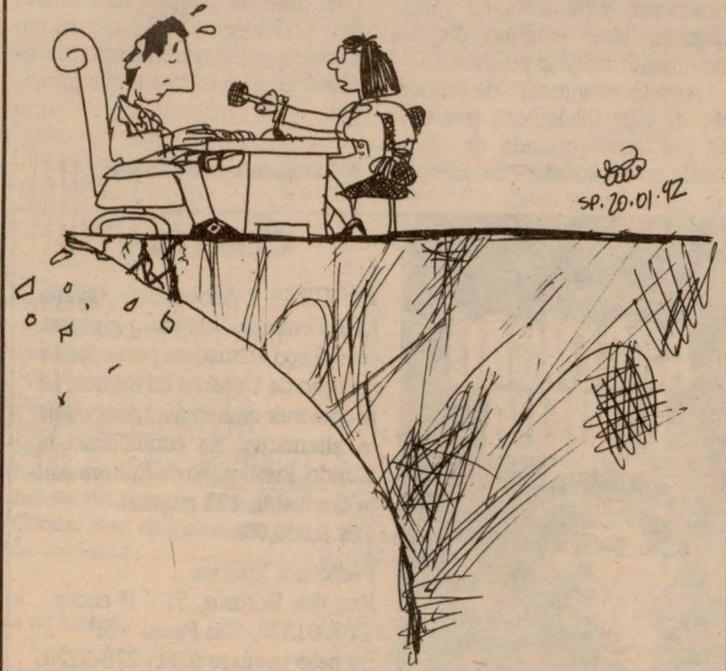
Cuba pune a traição

Evidenciando a intensificação do cerco político e econômico do imperialismo contra Cuba, terroristas treinados nos EUA estão sendo enviados à ilha com o objetivo de provocar pânico no povo e subverter a ordem. Três foram capturados e um fuzilado. Página 6.

PC do B REAFIRMA SOCIALISMO

O PCdoB chega ao 8º Congresso fortalecido. Ousadamente coloca em pauta os problemas do socialismo e reafirma os princípios da revolução. Págs. 3, 7 e 11.

O que mais deve cair nesse governo? Pág. 5.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Mauricio Grabois

Semana de 22: modernismo e revolução

JOSÉ CARLOS RUY*

O ano de 1922 é emblemático para a formação do Brasil moderno. Ele viu nascer o Partido Comunista, marco de um novo patamar na organização dos operários brasileiros; o Centro Dom Vital, entidade dos intelectuais católicos reacionários que marcou o início da modernização da Igreja no Brasil; assistiu à revolta do forte de Copacabana, onde o heroísmo de um pequeno grupo de oficiais inconformados com os destinos da República, deflagrou a luta armada tenentista que atravessaria a década de 1920, culminando na Revolução de Outubro de 1930. 1922 foi também o ano inicial do modernismo no Brasil.

A Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo, nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro, foi o ponto de partida para a renovação da literatura, da música, das artes plásticas em nosso país.

A Semana em si foi um escândalo, na época - principalmente seu segundo dia, onde poetas e prosadores apresentaram seus escritos ao público, entre aplausos e vaias. Mário e Oswald de Andrade, principalmente, irritaram o público com seus versos e sua descaramada e ácida crítica de monstros sagrados da literatura e das artes.

O discurso de Menotti Del Picchia, que apresentou os oradores nesse dia, foi um autêntico programa de renovação. O progresso e a modernidade foram apresentados como novos valores que deviam guiar a produção cultural, que não podia estar alheia à luta de classes, à concorrência comercial, aos combates da política. Criticando a arte formalizada e vazia de seu tempo, Del Picchia defendeu uma compreensão mais avançada para a situação da mulher (não mais submissa e passiva, mas "ativa, bela, prática, útil no lar e na rua"), e uma poesia livre do "presídio canoro das formas acadêmicas", que tivesse elasticidade e amplitude em seus "processos técnicos, para que a idéia se transubstancie, sintética

e livre, na carne fresca do verbo, sem deitá-la, antes, no leito de Procusto dos tratados de versificação". Queremos, dizia, "luz, ar, ventiladores, reivindicações obreiras, idealismo, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa arte", num eco brasileiro das idéias do futurista italiano Marinetti.

O programa daqueles dias de renovação foi variado. No saguão do Teatro Municipal houve uma exposição de pintura, escultura e arquitetura, que provocou zombaria entre o público. Mário de Andrade e Ronald de Carvalho provocaram polêmica com suas conferências sobre a renovação das artes visuais, ali exibida nas obras de Anita Malfati, Di Cavalcanti, Vicente do Rego Monteiro, Oswaldo Goeldi, Victor Brecheret e outros.

Na parte musical, as principais obras apresentadas foram as de Vila-Lobos, executadas por Guiomar Novaes. Entre os poetas e prosadores, destaca-se, além de Mário e Oswald de Andrade, a obra de Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Sérgio Milliet, Luís Aranha, Plínio Salgado, Cândido da Mota Filho (que não conseguiu, devido ao tumulto, completar sua apresentação). Houve ainda um número de dança, apresentado por Yvonne Daumerie.

Muitos desses nomes, que na época foram motivo de zombaria e de desprezo pelos latifundiários do saber, hoje frequentam manuais escolares, dão nomes a ruas e praças, têm suas obras apresentadas nos melhores catálogos da arte brasileira em nosso século. Eles representaram, sem dúvida, a expressão do sentimento nacional que buscava mudanças profundas na sociedade brasileira, inconformado com o acanhamento e a estreiteza da vida nacional sob o domínio das oligarquias latifundiárias e do grande capital mercantil que prevaleceu nas primeiras décadas de nosso século.

A Semana de 1922 transformou-se num marco exatamente por que teve esse caráter de rompimento ideológico com o passado, num momento em que o Brasil começava a dobrar uma das esquinas de sua história. O ano de 1922 tornou-se emblemático também por

essa razão.

A rearticulação dos grupos sociais e políticos mostrava não apenas o descontentamento e o mal-estar com a situação vigente no país. Esse descontentamento era antigo, e já havia gerado outras formas institucionais de protesto, como a Campanha Civilista, de Rui Barbosa, em 1910.

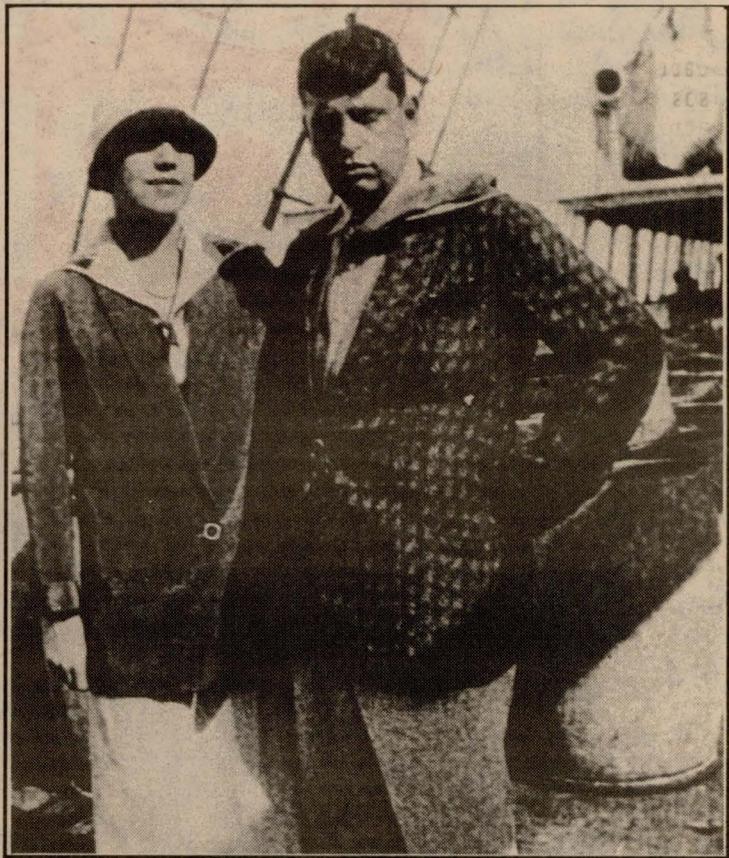
Em 1922, a mera manifestação do descontentamento parecia insuficiente. Era preciso encontrar as formas organizativas que poderiam levar os atores sociais e políticos a uma intervenção mais eficaz nos rumos da história, e os principais grupos sociais trataram de se rearticular. Os católicos reacionários, como vimos, criaram seu Centro para reanimar a fé e orientar a atuação social de seus fiéis, e o anticomunismo feroz e policialesco foi a tônica dessa reorganização inicial.

Os tenentes, desafiando abertamente a hierarquia militar, iniciaram um processo de luta armada aberta, cujos episódios marcantes foram a revolução paulista de 1924 e a Coluna Prestes, de 1926. Seu programa pedia mudanças principalmente jurídicas (o voto secreto) e a moralização dos costumes públicos, mas rejeitavam decididamente qualquer participação operária ou popular em sua luta. Tinham uma visão militarista e não política do processo de superação da República Velha.

A classe operária, superando as limitações e insuficiências da luta anarco-sindicalista, procurou um instrumento novo e mais elevado para dirigir sua luta, criando o Partido Comunista do Brasil. A hegemonia da luta econômica dos operários, que havia prevalecido sob a orientação anarquista, começava a ser abandonada em troca de uma visão claramente política da luta e da necessidade de superação radical do sistema capitalista.

Nos anos seguintes, mesmo setores descontentes da oligarquia racharam com seus pares, criando instrumentos de ação política própria, como o Partido Democrático, dissidência do Partido Republicano Paulista, surgido em 1926.

Neste contexto, a Semana de Arte Moderna foi não somente o ponto de ruptura ideológica de um amplo setor de artistas e inte-



O casal Tarsila e Oswald de Andrade

lectuais, mas também o momento de convergência de esforços daqueles produtores culturais que estavam profundamente interessados na construção de um Brasil renovado. Se isso os unia, o mesmo não se pode dizer de suas opções ideológicas, que floresceram nos anos seguintes.

Alguns, como Oswald de Andrade, adeririam, mesmo de forma efêmera, ao Partido Comunista; outros, com posições claramente de direita, como Menotti Del Picchia, acabariam funcionários da ditadura de Getúlio Vargas; outros ainda optariam pelo radicalismo de direita que, no Brasil, traduziu-se no integralismo, e o mais importante entre estes foi Plínio Salgado, líder máximo daquele movimento fascista brasileiro.

Aquele movimento de renovação da elite intelectual, promovido por gente oriunda da classe média ou decadentes descendentes

de barões do café, preconizou a modernização da sociedade brasileira. Teve méritos indiscutíveis, e um papel decisivo na revitalização cultural do país. Mas não podia ver, por sua própria origem de classe, que aquela modernização era conservadora, e que a autêntica atualização social, cultural, política, de uma sociedade, segue outro caminho, o da revolução. A modernização, para elite, assume assim o aspecto de um substituto da revolução. Por isso, embora falasse em povo, pesquisasse as artes e a cultura popular, se inspirasse na produção artística vinda das camadas menos cultas da população, embora falasse em "reivindicações obreiras", aquele movimento não podia ver o papel central da classe operária na mudança revolucionária. Esse foi seu limite principal.

* Colaborador da Classe

A CLASSE OPERÁRIA

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP - Fone: (011) 36-7531 - Telex: 11-21983 - Fax: (011) 36-4104

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
 Editor: Dilermando Toni
 Redação: Umberto Martins, Pedro de Oliveira e Sara Seles
 Projeto Gráfico: Auracébio e equipe
 Diagramação: José Luiz Muñuera
 Composição e arte final: Compuart - Fone: (011) 36-0412
 Impressão: Folha Gráfica S/A

Assine já o jornal A Classe Operária

Nome.....
 Endereço.....
 CEP..... Cidade..... Estado.....
 Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 4.200,00 Assinatura Semestral: Cr\$ 8.400,00
 Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 10.000,00
 Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 15.000,00
 Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
 Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

ASCENSÃO E QUEDA



CONFIRA

Em URSS - Ascensão e Queda, Luis Fernandes estuda o gigantesco esforço efetuado a partir da Revolução de Outubro na Rússia, para construir uma sociedade socialista alternativa ao capitalismo no mundo. Publicação da Editora Anita Garibaldi, 272 páginas. Cr\$ 8.000,00.

Pedidos à Editora: Rua dos Bororós, 51 - 1º andar CEP 01320, São Paulo SP ou pelo telefone (011) 278-3220.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Em campanha

SÉRGIO MIRANDA*

O descalabro do governo Collor, com seus escândalos de corrupção quase diários, juntamente com a seriedade da crise brasileira e seus perversos efeitos sociais, ocupam com tal amplitude o cenário político e o noticiário da imprensa que não deixam espaço para outros assuntos ou os tornam irrelevantes. Se pretendemos de fato corresponder aos anseios dos aposentados, desempregados, dos que se preocupam com o futuro deste país e defendem a nação brasileira, a única palavra de ordem a ser assumida é a de FORA COLLOR e o empenho em desalojar do Planalto o mais rápido possível o seu atual ocupante. Neste sentido, tratar de eleições municipais, candidaturas e campanha no atual momento pode parecer mesquinhez e assunto secundário.

No entanto, o alerta divulgado neste espaço por Walter Sorrentino mostra com clareza a importância destas eleições inclusive, e, principalmente, como instrumento para viabilizar o FORA COLLOR.

Esta preocupação tem inclusive como motivação prática pois os prazos legais estão correndo. Já no dia 2 de abril vence o prazo da filiação e no dia 24 de junho será o último dia para a realização das convenções partidárias. Se for levado em conta todo processo de negociações para viabilizar coligações, alianças e definição de candidaturas fica evidente que todo o processo está bastante atrasado.



Também é importante tratar desde agora de algumas questões novas que se apresentam como elemento importante do quadro político do país e de cuja solução depende nossa participação vitoriosa neste processo eleitoral. Uma delas é a tendência, que vem das últimas eleições, e que se confirma pelas pesquisas de opinião, de altos índices de abstenção e do crescente número de votos nulos. Esta tendência vem acompanhada de uma campanha de desmoralização da política de forma geral e da própria utilidade do voto como instrumento de mudanças. Se é verdade que estas posições são fruto de uma campanha consciente difundida pelos meios de comunicação que tem um claro viés antidemocrático e buscam desmoralizar o próprio conceito de cidadania, é também evidente que é uma reação espontânea ao baixo nível dos políticos das classes dominantes e de insatisfação com a atual situação do país.

Como enfrentar esta tendência? A resposta não é simples. Mas a necessidade de um projeto alternativo para crise que unifique a oposição e apresenta soluções concretas para os problemas do país sob uma ótica nacional e popular é uma condição fundamental para se buscar reverter esta situação. Isto, e muito debate político e organização popular. Este é um dos nossos desafios nas próximas eleições.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Lutar pelo socialismo

RENATO RABELO*

Nunca no Brasil, desde 1930, um governo chegou a tal nível de descrédito, desencanto e repúdio como o atual. Collor se choca contra todos, tornando-se inconveniente até mesmo entre setores que o elegeram. Seu isolamento é crescente. Jornalistas respeitados chegam a concluir que o Brasil faliu e está chegando ao fim. Tudo entrou em crise. Parece desabar.

Este governo é resultado de uma aliança de direita, de forças reacionárias e conservadoras. Juntaram-se no 2º turno das eleições para barrar a todo custo o conjunto das forças populares e democráticas que ameaçavam chegar ao governo central.

Esse importante exemplo da última eleição nacional, demonstra cabalmente o papel político dessas forças dominantes como causador da profunda degradação a que chegou nosso país. Os seus remédios e soluções são paliativas aos nossos males e expressam maior subordinação aos ditames dos países ricos, imperialistas.

Defender também que a solução é a mudança das pessoas, faz parte da cultura política impregnada na sociedade pela burguesia para justificar o rodízio no seu meio. As forças políticas intermediárias pensam que haveria mudança profunda ampliando a democracia burguesa, modernizando o Estado e aperfeiçoando cada vez mais suas instituições. E que é inevitável a adoção da estratégia de internacionalização da eco-



nomia, imposta pelas potências capitalistas, como única alternativa de desenvolvimento. Essas saídas são comprovadamente ilusórias, passam à margem dos verdadeiros problemas estruturais e de poder político que se agravam no Brasil.

No debate que desenvolvemos na preparação do 8º Congresso, sobre as mudanças de vulto no plano mundial e a evolução do curso político e econômico que atravessa nosso país, foi se tornando mais evidente e clara a conclusão do Congresso passado, de que o Brasil encontra-se em frente de uma encruzilhada histórica que requer definições de rumo.

Mas de que rumo? Na realidade estamos diante de dois objetivos opostos e qualitativamente diferentes: desenvolver, ajustar, democratizar o capitalismo, ou já lutar pelo socialismo, por um governo socialista. Mais precisamente é nossa função definir o projeto socialista para o Brasil, exprimindo suas particularidades, tendo em conta nossa realidade histórica e a situação atual. A demonstração de que é necessário um governo radicalmente distinto, sem participação da classe dominante atual, dirigido pelas forças mais avançadas e com base na organização popular. Torna-se preciso politicamente, buscar os caminhos práticos que nos levem a esse objetivo.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

EDITORIAL

PCdoB mantém erguidas bandeiras da revolução

No próximo dia 3 de fevereiro o PCdoB estará realizando o seu 8º Congresso. Muitos partidos, abalados pela maré reacionária anticomunista, e pela bancarrota do Leste europeu, cedem às pressões, colocam em dúvida os alicerces fundamentais do socialismo e da teoria social proletária. Aqui no Brasil, o PT fez seu congresso marcado por indistigável colorido social-democrata e o agrupamento de Roberto Freire reúne-se nesses dias para soterrar de vez princípios, símbolos e até o nome que há muito tempo já renegou na prática.

O PCdoB, pelo contrário, mobilizou sua militância em defesa do marxismo-leninismo. Não a defesa esquemática de conceitos abstratos. Mas tratou de mergulhar mais fundo na análise da realidade e de desenvolver a teoria na análise dos novos fenômenos na economia, na política, na vida cultural e em todos os terrenos da vida.

O partido não se deixou envolver nas manobras para confundir a ruptura revolucionária com o sistema capitalista com o que se passou a chamar de "alargamento" dos espaços democráticos e conquistas sociais. Uma coisa é o reformismo que colabora na pretensa modernização do capitalismo caduco. Outra coisa é a luta consequente para que o proletariado e seus aliados construam um novo modo de trabalhar, produzir e viver.

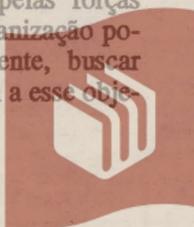
O partido convoca seu Congresso para reafirmar seus compromissos com a classe operária, única força autenticamente revolucionária e socialista, capaz de conduzir a humanidade a um novo patamar de existência. O congresso não deixará de discutir as mudanças sofridas por todos os segmentos sociais, incluindo os que vivem da venda de sua força de trabalho. Mas não será enganado pela cantilena da conciliação de classes ou pelo desprezo ao papel de vanguarda do proletariado.

O encontro nacional dos comunistas dedicará esforços para retirar novos ensinamentos das experiências concretas de construção do socialismo e, em especial, da ditadura do proletariado. Não se furtará a expor claramente erros, deficiências e problemas surgidos por falta do desenvolvimento teórico e compreensão de novas etapas no processo revolucionário. Esse estudo não visa, entretanto, abandonar a idéia de que a revolução conduz a um poder proletário, único capaz de conduzir a bom termo a transição do capitalismo ao comunismo.

Inúmeros debates, nessa fase preparatória, reafirmaram que a teoria deve servir de guia para a ação, sem cópias e sem estereotipar modelos de socialismo. Os órgãos de poder, as alianças, as formas de atuação de cada regime socialista dependem do grau de desenvolvimento, nível de consciência, formação cultural de cada país e cada povo - mas serão sempre formas diferentes de um Estado de transição, sob hegemonia do proletariado, que tem como tarefa a sua própria extinção, e a passagem das tarefas maiores, de comando e deliberações, às grandes massas trabalhadoras.

O 8º Congresso enfrenta também a onda burguesa contra a existência e a natureza revolucionária do partido do proletariado. Os comunistas não se confundiram pelas formulações liberais que condenam o centralismo democrático e pretendem substituí-lo pelo democratismo pequeno burguês. O Partido tem um centro único de direção e suas organizações desenvolvem a iniciativa e ousadia de seus militantes unidos por uma única política revolucionária. A ideologia do Partido é o marxismo-leninismo e em suas fileiras não se tolera a convivência eclética de concepções revolucionárias, reformistas e social-democratas.

É com base nestas questões que os comunistas reafirmam o nome de seu Partido Comunista do Brasil e erguem a bandeira da luta pelo socialismo e o comunismo.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CURTAS E BOAS

Solidariedade à Cuba

Vilma Espin, guerrilheira de Sierra Maestra, presidente da Federação de Mulheres Cubanas e vice-presidente do Conselho de Ministros de Cuba esteve recentemente em visita ao Brasil. Em São Paulo encontrou-se com entidades do movimento de mulheres e com representantes de órgãos governamentais que tratam da questão da mulher. A vinda de Vilma Espin a nosso país faz parte das mobilizações de solidariedade à Cuba, pelo fim do boicote econômico, em defesa da luta do povo cubano e contra o imperialismo.

Em defesa do monopólio estatal do petróleo

A emenda do governo que propõe o fim do monopólio estatal e do refino do petróleo entrará em discussão tão logo o Congresso Nacional recomece seus trabalhos.

Os trabalhadores da Petrobrás retomam com garra a luta em defesa da soberania nacional, contra a privatização da Petrobrás. A categoria petroleira convoca o povo brasileiro a resistir ao entreguismo de Collor e voltar às ruas empunhando a bandeira da histórica campanha "O petróleo é nosso".

Trabalhadores rurais libertados

Otávio Amaral, José Gowaski, Ildone Bento e Augusto Madeira, trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, foram libertados dia 6 de janeiro, após cinco meses de prisão. Estavam sendo acusados da morte de um policial durante uma manifestação dos sem-terra dia 8 de agosto de 91. O juiz Aramis Nassif, que concedeu a liminar, justificou que os quatro trabalhadores rurais eram "mártires e presos políticos".

Vitória no DF

Os estudantes de Brasília agora só pagam 1/3 do valor das passagens. Nos cinemas, teatros, casas de espetáculos e diversões só pagam 1/2. Os dois projetos vitoriosos foram de autoria do deputado Agnelo Queiroz do PCdoB. Essa conquista foi ainda maior porque o governador Joaquim Roriz havia vetado os dois projetos.

Congresso da FITEE

Realizou-se em janeiro o I Congresso da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, que congrega professores e auxiliares de administração escolar de 2º grau, dos estados de MG, ES, GO, MT, MS, TO e DF. O evento manifestou a disposição de so-

mar esforços com todos os que se dispõem a enfrentar a situação de opressão e exploração crescente a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros.

Confirmado

O PCdoB terá mais uma vaga na Assembléia Legislativa de São Paulo.

O novo deputado comunista é Denis Carvalho que vem da região de Mogi-Guaçu. Denis foi o candidato mais bem votado de sua cidade.

Sem dúvida nenhuma este será um forte reforço ao trabalho do partido no parlamento e no estado de São Paulo em geral. Denis assume dia 30 de janeiro quando também tomará posse o novo secretariado de Luiza Erundina, prefeita da capital paulista.

Posição corajosa

O embaixador do Iraque, Qais Tawfiq Al-Mukhtar, enviou ao deputado estadual Eron Bezerra, do PCdoB do Amazonas, carta de agradecimento por sua corajosa decisão de enviar requerimento a fim de convocar uma sessão especial da Assembléia Legislativa do Estado, em protesto a agressão selvagem do imperialismo contra o Iraque.

Corrupção na Chesf

O deputado estadual Renildo Calheiros, do PCdoB de Pernambuco cobrou, da Tribuna da Câmara, no último dia 9 de dezembro, esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na Companhia Hidro Elétrica do Vale do São Francisco - Chesf - envolvendo a Themag. Renildo pediu que o presidente da Chesf, Marcos Lopes, seja punido por corrupção.

A denúncia foi feita pelo presidente do Sindicato dos Urbanitários, Edvaldo Gomes e divulgada pelo jornalista do jornal *Folha de São Paulo*, Jânio de Freitas.

Aviso

A *Classe Operária* avisa a seus leitores que devido a realização do 8º Congresso haverá um corte em sua periodicidade normal.

NACIONAL Privatizações em ritmo acelerado

DILERMANDO TONI



Wladimir de Souza

Privatizações, Collor dispara

Grande ofensiva. Essa é exatamente a palavra de ordem do governo Collor no sentido de continuar as privatizações das estatais, processo que teve início no ano passado com a venda da Usiminas. O governo tem tomado medidas extremamente audaciosas para entregar totalmente o patrimônio público brasileiro, e isto talvez esteja passando um pouco despercebido da opinião pública.

Logo no começo de janeiro, através do Conselho Monetário Nacional, foram adotadas medidas políticas no sentido de apressar o processo. Ficaram estabelecidos limites quanto a participação dos fundos de previdência das empresas estatais e privadas, alguns dos quais já haviam adquirido grandes lotes de ações nos leilões da Usiminas e da Mafersa. A partir de agora os fundos em questão não poderão comprar mais que 15% do capital votante da empresa que estiver sendo privatizada. Além disso, serão obrigados a vender o que ultrapassar esse limite até 1994.

Mas a coisa não parou por aí. As facilidades ao capital estrangeiro foram ampliadas significativamente.

Agora são exigidos 6 anos e não mais 12, como anteriormente, para a permanência do capital estrangeiro que houver ingressado especificamente na participação da desestatização.

As medidas tomadas pelo governo basearam-se no falso argumento de que "a participação dos fundos de pensão estava transmitindo a impressão de que as transferências se davam no interior do próprio setor público", como destacou em editorial o jornal *Gazeta Mercantil*, expressando visão do grande empresariado.

Mas a verdade é que o interesse de Collor de Mello sinaliza claramente no sentido de facilitar a entrega das estatais ao capital estrangeiro.

Embraer é a bola da vez

No último dia 14 de janeiro o presidente da República assinou um decreto que inclui a Empresa Brasileira de Aeronáutica no programa de desestatização do governo. A empresa é considerada uma das poucas estatais que desenvolve tecnologia própria e que tem produtos capazes de enfrentar com sucesso o competitivo mercado aeronáutico internacional. Criada há 22 anos, a Embraer com os aviões Brasília e Bandeirantes, detém hoje 40% do mercado europeu e 25% do mercado americano de aviões de passageiros de porte médio.

O mais importante contudo é que a Embraer é a grande fornecedora de aviões da Força Aérea Brasileira. Nada menos que 70% dos aparelhos da FAB são comprados à Embraer. Foi exatamente isso, o caráter estratégico da empresa, o que ocasionou uma polêmica com os militares da Aeronáutica, que acabaram por ceder às pressões do governo no interesse do FMI. É tida como certa a participação do capital estrangeiro na venda da empresa, prevista para o meio do ano.

Acabou o tabu Petrobrás

Animado com o "sucesso" da venda da Sociedade de Navegação da bacia do Prata (SNBP), a primeira estatal do ano a ser privatizada, o presidente do BNDS, Eduardo Modiano, disse "acreditar que o sucesso com que vem se desenvolvendo o programa de desestatização do governo irá sensibilizar os parlamentares e a sociedade para a privatização da Petrobrás, pessoalmente gostaria que a Petrobrás fosse privatizada." Poucos dias depois Modiano referiu-se no mesmo diapasão: "a Embraer."

A estratégia para a entrega da

Petrobrás é composta de muitas facetas. Vai desde a ameaça de desempregar dirigentes da empresa que se opõem à privatização, passa pelo endividamento crescente da empresa em dólares (só de meados do ano passado para cá a empresa captou em condições extremamente desvantajosas cerca de US\$ 1 bilhão junto ao mercado de capitais do exterior), e atinge de maneira imediata as suas subsidiárias. Tal é o caso da privatização da Petroquisa.

Essa empresa tem um papel preponderante na manutenção do parque petroquímico brasileiro. Através dela é que se consegue preservar algo dos interesses nacionais nesse campo. Mas a Petroquisa é tida pelas multinacionais do setor como um estorvo para seus interesses. Dizem aquelas que não podem transferir tecnologia avançada para ao Brasil porque o Estado passaria a controlá-la. O edital de privatização da Copesul (central de matérias primas de Triunfo-RS), da qual a Petrobrás detém 70% das ações já foi publicado na imprensa. O leilão será em maio. A Petroquisa poderá deter no máximo 15% das ações.

Entrega total

O subserviente Modiano tem falado que os planos do governo não são só esses. Já entregou a Collor as minutas de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, da Cospa e da Açominas e do Loyd Brasileiro. E vai além, quer privatizar os serviços públicos como rodovias e ferrovias federais. Aliás já se encontra em fase de tramitação no Congresso Nacional a desregulamentação do sistema portuário. Os 100 anos de fundação do porto de Santos serão comemorados com um seminário sobre "as contribuições do capital privado" nos portos de outras partes do mundo...

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Collor mais à direita

SARA SELES

Não se poderia imaginar que o movimento dos aposentados gerasse tamanha crise, logo em janeiro que é um mês de pouca atividade política. Mas a luta pelos 147% cresceu, envolvendo a opinião pública do país inteiro, tomou as ruas, as manchetes dos jornais e pôs a nu mais falcatruas do governo Collor.

Decidido a não aceitar os justos reclamos dos aposentados, e mesmo a não acatar as decisões da justiça, o governo se viu profundamente isolado. Suas declarações de que não havia dinheiro para pagar os aposentados foram desmascaradas por diversas fontes, culminando com os resultados da auditoria do Tribunal de Contas da União.

De costas para os interesses populares e nacionais o governo Collor enviou ao Congresso um projeto de lei que procurava arrancar mais dinheiro dos mingua-dos ganhos dos assalariados e aposentados. Mas essa tentativa exdrúxula teve o fim merecido. Foi rejeitada por unanimidade pelos parlamentares numa sessão memorável.

Acuado Collor tenta manobrar. Fala mais uma vez em diálogo com os políticos e em construir uma nova base de sustentação parlamentar. Para tanto foi obrigado a fazer muitas modificações a nível ministerial. Só que nesse movimento deu uma forte guinada para a direita. Procurou se compor com o que há de mais reacionário no Congresso Nacional.

Direita prestigiada

Na roda das quedas entraram os ministro Magri do Trabalho e Previdência Social; Margarida Procópio da Ação Social; Alceni Guerra da Saúde e do fictício



Ministério da Criança; e Chiarelli do Mercusul. Foi expurgado ainda da corte governista José Arnaldo Rossi, presidente do INSS.

O governo Collor desesperadamente procura manter-se à tona e busca algum fôlego político. A composição do novo ministério, a criação da Secretaria de Governo com status de ministério, a proposta de desmembrar o Ministério do Trabalho da Previdência Social, demonstram bem tal intento.

Ricardo Fiúza, ex-líder do bloco governista na Câmara, assumiu o lugar de Magri; Reinhold Stefanos, (cria de Geisel) entrou no lugar de Margarida Procópio e José Goldemberg, (da Educação) acumula interinamente o Ministério da Saúde. Jorge Bornhausen ocupa a recém criada Secretaria de Governo. É o PFL em bloco no poder. Todos com uma longa folha de serviços prestados com esmero à ditadura militar.

Decreto inconstitucional

Para provar ao FMI a sua completa submissão e para dizer de seu desprezo às causas populares, o governo baixou um decreto tentando impedir o pagamento do 147%, alegando que tratase de despesa não prevista no orçamento desse ano. Ameaçou ainda que caso a

Justiça decida-se a favor dos aposentados em última instância, o governo realizará o pagamento.

Sobre o decreto presidencial o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavênere afirmou: "Esse decreto é uma fraude, uma burla". "O governo Federal é monitorado pelo FMI e está querendo descumprir a Constituição e as decisões da Justiça".

Por outro lado, o governo não visa apenas o não pagamento dos 147%. A trás disso existe ainda a intenção de assegurar a devolução das parcelas de reajustes já pagas aos aposentados e pensionistas (cerca de um trilhão de cruzeiros), segundo técnicos da área econômica. Para isso, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, vai apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo 130 da Lei de Custeios e Benefícios da Previdência. Esse dispositivo determina que as prestações recebidas por decisão judicial não serão devolvidas aos cofres públicos, caso a sentença seja reformada em instância superior.

Por fim, a auditoria do TCU põe totalmente e por terra a justificativa de que para pagar os aposentados seria preciso incluir nove despesa no Orçamento da União. Segundo o TCU, pagando tudo, ainda sobriariam Cr\$ 4,2 trilhões.

Todo esse episódio deixa absolutamente claro que esse governo não pode continuar. Collor, que não teve vergonha de copiar longos trechos de um texto pertencente a um homem já morto para posar de intelectual, deveria na realidade ser chamado para estrelar um dos filmes de Nelson Rodrigues. Faria o papel principal no "Bonitinho mas ordinário".

CONGRESSO EM PAUTA

FMI x aposentados

ALDO REBELO*

A convocação extraordinária do Congresso Nacional para votar o aumento das alíquotas da Previdência Social está inserida no quadro de renegociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional. O decreto 430, que adia para 1993, o pagamento dos 147%, e já considerado constitucional por liminar do Supremo Tribunal Federal, é a garantia extra que Collor deu ao Fundo de que controla a situação.



Controla, em termos, já desgastado pelas seguidas afrontas à Justiça Federal, Collor tentou dividir com o Congresso Nacional o ônus do assalto aos aposentados. Deu-se mal. Isolou-se quase completamente das bancadas parlamentares. Foi obrigado a ceder os Ministérios do Trabalho e da Previdência Social e da Ação Social ao PFL e a criar um novo ministério para esse partido, tentando segurar um mínimo de base congressual. O presidente do INSS e os ministros da Justiça, da Previdência Social e da Economia compareceram ao Congresso Nacional para "vender" os números do governo sobre a crise da Previdência. O dado básico é que seriam necessários Cr\$ 11 trilhões para cobrir o déficit que seria causado pelo pagamento dos 147%. Em nota divulgada logo no início da convocação do Congresso, a bancada do PCdoB contestou esse dado. Explicou que o artigo 7º do projeto governamental dispõe que o reajuste só ocorreria até o mês de junho. Haveria dinheiro portanto. O resultado da auditoria do TCU comprovou nossa posição!

A bancada comunista explicou que o desequilíbrio nas contas da Previdência têm origem, primeiro, na situação recessionista vivida pela economia brasileira. Com a recessão, há menos emprego, menos pessoas com carteira assinada e, portanto, menos arrecadação da Previdência. No ano passado houve uma queda de arrecadação da ordem de 13%, algo em torno de US\$ 2,5 bilhões. Enquanto o Brasil estiver atrelado à política econômica ditada pelo FMI, de juros altos e de manutenção da recessão, o sistema previdenciário continuará, evidentemente, tendo problemas de caixa. Explicamos ainda que o Tesouro Nacional deixou de repassar ao INSS, no ano passado, 67% dos recursos do Finsocial e das contribuições sobre os lucros das empresas - um rombo de cerca de Cr\$ 2 trilhões de cruzeiros. E que houve, ainda, a retenção indevida dos descontos previdenciários da folha de pagamento do governo - outro rombo de quase US\$ 4 bilhões.

Um outro grande buraco no sistema previdenciário foi apontado pelo economista da Universidade de Brasília. Dêrcio Garcia Munhoz, em artigo publicado no Estadão de 21 de janeiro. Aquele que decorre do pagamento, por parte dos contribuintes, das despesas com a assistência médica dos não contribuintes. Tais despesas, conforme defende o deputado Waldir Pires, deveriam ser pagas com recursos orçamentários do próprio governo. E recursos para isto não faltam, conforme as contas do professor Munhoz. Bastaria, por exemplo, que o governo recorresse às sobras de Caixa do Tesouro acumuladas no ano passado, que estão calculadas em torno de US\$ 6 bilhões, "ou duas vezes o que se vai gastar com o pagamento adicional aos aposentados".

Por tudo isto, apotamos na nota da liderança do PCdoB na Câmara, a conclusão a que chegamos o envio do projeto de aumento das alíquotas da Previdência tem por objetivo, a curto prazo, na hipótese de uma rejeição, responsabilizar o Congresso por um possível não pagamento do que é devido aos aposentados. E, além disso, criar um clima de tumulto e caos na Previdência para justificar a sua privatização.

Crime e castigo em Cuba

Eram altas horas da noite do dia 29 de dezembro, um domingo, quando três terroristas cubanos a serviço de grupos contra-revolucionários - Eduardo Diaz Betancourt, 38 anos; Daniel Santovenia Fernandez, 36, e Pedro Claridade Alvarez Pedroso, 30 - foram capturados. Eles tentaram entrar em Cuba pela zona da enseada de El Júcaro, na província de Matanzas, munidos com fuzis e explosivos e a intenção, depois confessada, de praticar atentados contra

cinemas, cabarés e centros de recreação, provocando a morte e o pânico com o objetivo de desestabilizar o governo dirigido por Fidel Castro.

Os três residiam em Miami e pertenciam a grupos de extrema-direita, vinculados e financiados pela CIA para praticar atos de sabotagem e subversão contra Cuba. Depois de presos, foram julgados pelo Tribunal de Havana e condenados à morte por crime de traição. O próprio Tribunal comutou as penas de Da-

niel e Pedro, sentenciando-os a 30 anos de prisão. Eduardo Diaz Betancourt, que já havia sido condenado em quatro outras oportunidades por furto, tráfico de divisas e apropriação indébita em Cuba, tendo abandonado ilegalmente a ilha - não teve igual sorte. Foi executado no último dia 21.

Hipocrisia

A determinação do Tribunal de Havana provocou uma gritaria hipócrita dos EUA,



Arquivo

Não se pode ser complacente com a traição

que protestaram em nome dos direitos humanos, e também ensejou reações de contrariedade em alguns círculos da esquerda, por aqui notadamente encabeçadas pelo PT - algumas de aparência ingênua e outras, como as do deputado José Genoíno, que mal disfarçaram a má fé de seus autores.

O reclamo da Casa Branca certamente não convence, sobretudo quando se sabe que nos EUA a pena de morte é aplicada rotineiramente e Miami foi transformada, com a cumplicidade do governo, num centro de treinamento de grupos de mercenários terroristas contra Cuba.

Argumentou o juiz José Luiz Toledo Santander, ao apresentar os resultados do julgamento efetivado pelo Tribunal de Havana, que "a revolução cubana é generosa, mas jamais tem sido tolerante com o inimigo". Muito menos pode sê-lo, acentuou, "neste momento", em que os EUA apertam o cerco econômico e político contra a ilha, que padece grandes dificuldades, agravadas com o colapso da União Soviética.

O episódio dos terroristas, além de expressar uma nítida traição contra Cuba, evidencia a ofensiva política dos EUA. "Os próprios detidos declararam sua intenção de cometer ações criminosas para semear o pânico entre a população e apresentar suas atividades a opinião pública nacional e internacional como obra exclusiva de grupos opositores internos, que não contavam com a ajuda do exterior", esclareceu o Ministério do Interior

de Cuba, em nota à imprensa. "Esses elementos visavam empregar esses meios explosivos", prossegue o Ministério, "e o resto dos artefatos incendiários em pontos econômicos como a fábrica de papel de Matanzas, a fábrica de bebidas Arrachabala, de Cardenas, e a termoelétrica de La Habana, assim como em lugares de grande afluência de público".

"No decurso das investigações", diz ainda a nota, "os próprios terroristas salientaram, novamente, a liberdade e consentimento com que contam as organizações terroristas no território norte-americano, pois o grupinho foi preparado militarmente em zonas públicas e conhecidas de Miami, para onde deslocaram armas e apetrechos de guerra sem dificuldade alguma, tendo partido às 19 horas do dia 28 de dezembro de Cayo Maraton, no Estado da Flórida".

Depois da prisão dos três cubanos, no dia 9 de janeiro três funcionários do Ministério do Interior foram assassinados na fronteira de Cuba (o sargento Yuri Gomez Reimoso, 19 anos, o soldado Orosman Duenas Valero, 20 anos, e Rafael Guevara Borges, 30 anos) por sete pessoas que tentavam fugir da ilha.

É mais um fato que evidencia a escalada terrorista contra o governo cubano. Este, entretanto, tem respondido com determinação (e inegavelmente com amplo respaldo popular) em tais iniciativas, afinal estimuladas e orientadas pelo imperialismo norte-americano.

Logotipo para os 70 anos do PCdoB

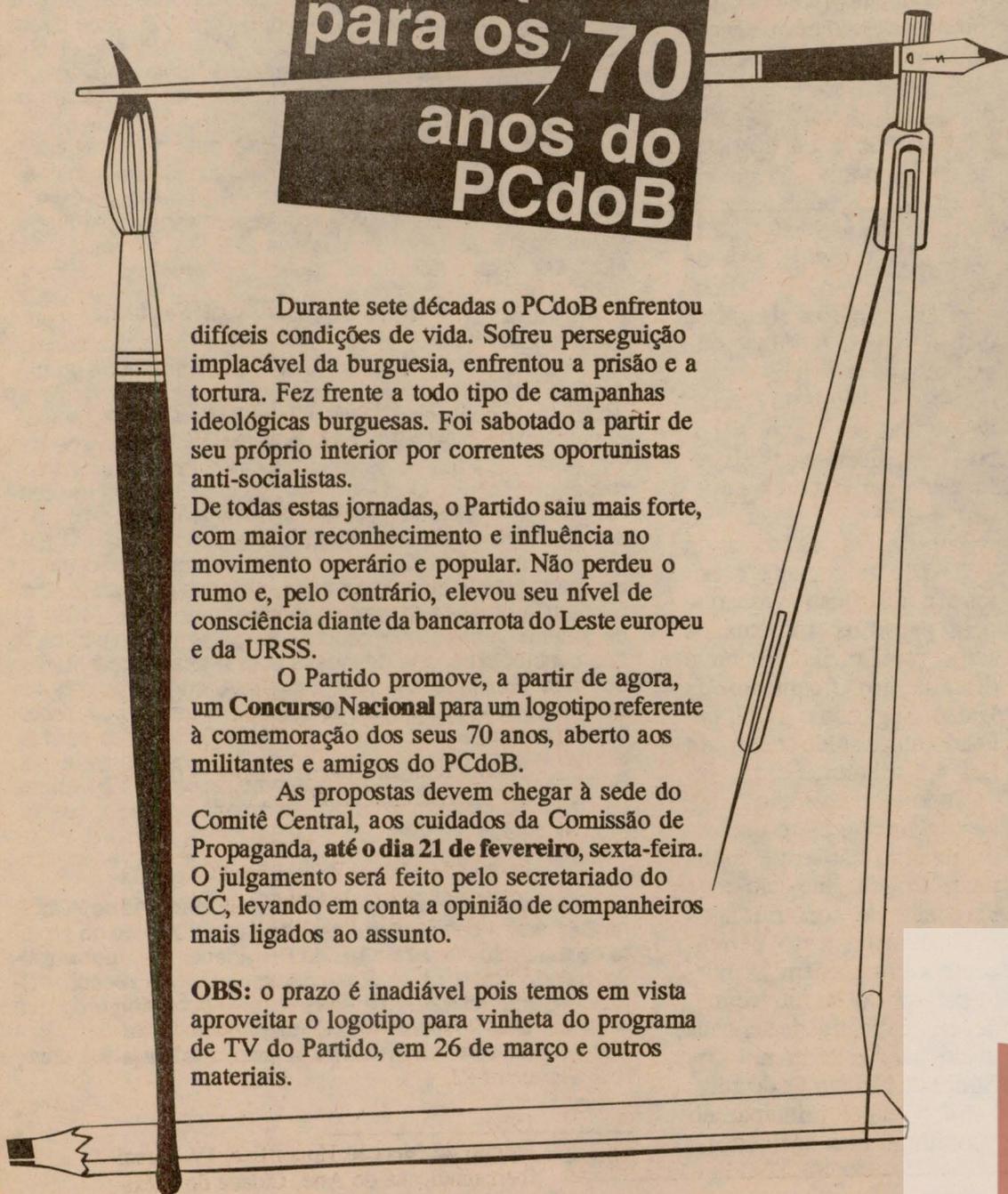
Durante sete décadas o PCdoB enfrentou difíceis condições de vida. Sofreu perseguição implacável da burguesia, enfrentou a prisão e a tortura. Fez frente a todo tipo de campanhas ideológicas burguesas. Foi sabotado a partir de seu próprio interior por correntes oportunistas anti-socialistas.

De todas estas jornadas, o Partido saiu mais forte, com maior reconhecimento e influência no movimento operário e popular. Não perdeu o rumo e, pelo contrário, elevou seu nível de consciência diante da bancarrota do Leste europeu e da URSS.

O Partido promove, a partir de agora, um **Concurso Nacional** para um logotipo referente à comemoração dos seus 70 anos, aberto aos militantes e amigos do PCdoB.

As propostas devem chegar à sede do Comitê Central, aos cuidados da Comissão de Propaganda, até o dia 21 de fevereiro, sexta-feira. O julgamento será feito pelo secretariado do CC, levando em conta a opinião de companheiros mais ligados ao assunto.

OBS: o prazo é inadiável pois temos em vista aproveitar o logotipo para vinheta do programa de TV do Partido, em 26 de março e outros materiais.



8º Congresso, últimos preparativos

Entre os dias 16 e 20 de janeiro realizou-se a última reunião do Comitê Central eleito no 7º Congresso em 1988. Essa foi a 14ª plenária do órgão que dirige o partido entre um e outro congresso, em 44 meses de existência.

O objetivo básico dos debates foi o de apresentar propostas ao 8º Congresso que se realiza de 3 a 8 de fevereiro.

A reunião discutiu e aprovou o Informe que será apresentado para apreciação num único documento constando de três pontos básicos:

- a) a crise do socialismo,
- b) a situação política nacional e internacional, e
- c) os problemas atinentes ao partido.

Além disso serão apresentadas duas informações especiais. Uma que discute a questão da

ditadura do proletariado e outra que trata de problemas da estratégia da revolução brasileira, na luta pelo socialismo no Brasil.

Nova direção

Aprovou-se também a proposta denominada para o novo Comitê Central a ser eleito no 8º Congresso. Essa proposição será levada à Comissão de Candidaturas, que será indicada na sessão inaugural do Congresso.

Haverá um espaço específico para essa discussão após as consultas e as novas indicações. A idéia básica foi a de levar em consideração a necessidade de se ter um núcleo central marxista-leninista estável e preparado mas que ao mesmo tempo incorpore novos camaradas visando forjar uma direção central cada vez mais preparada para dar resposta aos aconteci-

mentos. Foram também aprovadas a proposta de Mesa que dirigirá os trabalhos e de Comissão de Resoluções, encarregada de organizar as emendas e sugestões vindas do plenário.

Rico balanço político

O Pleno do Comitê Central examinou a atividade partidária nesse último período destacando a linha de continuidade marxista-leninista do partido, particularmente após 1962.

O PCdoB distinguiu-se pela defesa da revolução e da teoria leninista mesmo nas difíceis condições do vendaval anti-socialista que varre o mundo após a queda do Leste europeu.

Nas novas condições de luta que levaram à derrota falsas correntes e mesmo partidos até então revolucionários como o antigo Partido do Trabalho da

Albânia - PTA, o PCdoB não perdeu o rumo.

O PCdoB, segundo a avaliação, soube manter-se fiel aos princípios do marxismo-leninismo e, ao mesmo tempo, não adotou uma atitude dogmática, desenvolveu questões acerca de como abordar a revolução no país, não temeu tratar com profundidade os erros cometidos na luta pelo socialismo. Foi um ato de ousadia revolucionária a convocação do 8º Congresso com a participação de milhares de militantes e amigos do partido nas discussões preparatórias.

Aliás, segundo a reunião, esse processo de discussão foi um marco na vida democrática do PCdoB.

Destacou-se ainda como dado extremamente positivo na experiência partidária a posição adotada em 1989 para a formação da Frente Brasil Popular

de grande significado político na vida nacional.

Analisou-se a postura adotada pelo partido em episódios que marcaram a vida internacional no ano que passou: da guerra do Golfo quando os comunistas defenderam a soberania dos povos árabes e particularmente dos iraquianos contra a brutal agressão imperialista chefiada pelos Estados Unidos. E a posição tomada quando dos acontecimentos de agosto na hoje extinta URSS.

Nessa ocasião o partido não aceitou as pressões do imperialismo, que procuravam apresentar Gorbachov como um campeão da luta pela democracia e pela liberdade.

O Comitê Central do PCdoB propôs à plenária do Congresso que Lênin seja o patrono do evento, reforçando a posição do partido de defesa do leninismo.

À Siron Franco a gratidão do PCdoB

Artista plástico nascido em Goiás Velho - GO, Siron Franco é reconhecido no Brasil e no exterior pela forma arrebatadora com que sua arte fala dos sentimentos do povo. Ferreira Gullar diz que "Siron Franco não é apenas um artista de talento. É um acontecimento na pintura brasileira".

A pedido de Aldo Arantes, da direção nacional do partido, Siron criou especialmente - como contribuição ao 8º Congresso do PCdoB - uma gravura e doou ao partido 300 exemplares dela.

Os comitês regionais dos estados de Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco estão vendendo as gravuras ao preço de US\$ 200, a unidade.

Trata-se de uma obra de valor inestimável pelo talento artístico que encerra e pela demonstração de solidariedade às idéias socialistas.

O artista

Siron Franco nasceu em 1947. Aos 12 anos iniciou seu aprendizado de pintura com D. J. Oliveira e Cleber Gouveia em Goiânia. Aos 13 anos começou a viver de sua arte, fazendo retrato e criando sua pintura.

Em 1970 veio para São Paulo onde frequentou o atelier de Bernardo Caid. De 1967 a 91 realizou 21 exposições individuais nas principais capitais brasileiras; uma na Alemanha e outra nos EUA. De 1968 a 91 participou de 30 mostras coletivas, das quais cerca de 20 no exterior.



Siron e sua arte

Os prêmios

1968

Prêmio de Aquisição, II Bienal Nacional de Artes Plásticas, Salvador-BA.

1973

Prêmio de Viagem ao México, I Salão Global da Primavera, Brasília-DF.

1974

Certificado de Isenção do Júri, XXIII Salão Nacional de Arte Moderna, Rio de Janeiro-RJ.

Prêmio de Melhor Pintor Brasileiro, Bienal Nacional, São Paulo-SP.

1975

Prêmio de Viagem ao Exterior, XXIV Salão Nacional de Arte Moderna, Rio de Janeiro-RJ.

Prêmio Internacional de Pintura, XIII Bienal Internacional, São Paulo-SP.

1980

Prêmio de Melhor Exposição do Ano, Associação Paulista de Críticos de Arte, Museu de Arte, São Paulo-SP.

1982

Prêmio Mário Pedrosa de Melhor Exposição do Ano, Associação Brasileira de Críticos de Arte, Galeria Bonino, Rio de Janeiro-RJ.

1984

Prêmio de Menção Honorífica, IV Bienal Iberoamericana de Arte, Cidade do México, México.

José Carlos de Almeida

A falsa polêmica, índios x caboclos

A demarcação das reservas indígenas é um assunto que pela sua importância tem ocupado um espaço considerável no debate político do país. Envolve vários aspectos, um dos quais a questão da defesa da soberania nacional, particularmente quando essas áreas se localizam em regiões de fronteira com outros países. É impossível, na abordagem do problema não se ter em conta os interesses mais disfarçados das grandes potências imperialistas, em especial dos EUA. No artigo que ora publicamos, o deputado Eron Bezerra do PCdoB do Amazonas, aborda a questão da demarcação exclusivamente sob o ângulo dos direitos dos índios.

As forças sociais conservadoras geralmente utilizam como tática - para desviarem a atenção de seus fracassos - a articulação de um discurso pretensamente moralista, nacionalista ou qualquer outro "ista" que tenha simpatia popular.

Foi com base nessa máxima que Collor articulou o seu discurso "modernista"; que Mestrinho - tradicional adepto da política de destruição do meio ambiente - virou "neonacionalista" e que outros de menor porte, tentam se passar por "moralista", mesmo envolvidos na corrupção mais desenfreada. É um truque velho. Com a colaboração dos meios de comunicação, porém, costuma produzir resultados satisfatórios, razão pela qual tal artifício, mesmo com o desgaste do uso indevido é

sistematicamente utilizado.

A repentina "defesa" do caboclo em contraposição à demarcação das terras indígenas, capitaneada pelo governador Mestrinho, faz parte desse inescrupuloso expediente político.

A preocupação de Mestrinho e seus seguidores nunca foi com o caboclo, a quem condenou com sua política administrativa desastrosa a viver em completo abandono nos "beiradões" ou nas favelas de Manaus. Na década de 80, quando assumiu o governo pela segunda vez, o interior do Estado ainda era reponsável por 8% da economia regional. Hoje, após 10 anos de administração de seu grupo, o interior reduziu sua participação para 1%, fruto de um modelo econômico (Zona Franca) artificial e de seu descompromisso com o "caboclo" que ele agora finge defender. Sua inusitada "preocupação" com o caboclo, portanto, soaria profundamente demagógica se não escondesse objetivos ainda mais escusos. A polêmica em torno da reserva Yanomani e Tikuna não é pela sua extensão e sim pelos interesses econômicos que contrariam, particularmente de mineradoras e madeiras que, instaladas indevidamente nessas áreas indígenas, promovem a exploração de minerais nobres (ouro, nióbio, etc) e da floresta amazônica.

A contraposição entre a demarcação das reservas indígenas e a sobrevivência do caboclo, que Mestrinho e seu grupo procuram apresentar é profundamente artificial, na medida que índios e caboclos sempre conviveram harmoniosamente nessa região.

Um levantamento recente que fiz junto a Funai sobre a situação das terras indígenas no Brasil (Quadro I) me permite afirmar que há outras áreas indígenas, em processo de demarcação, cuja extensão por índio é superior a dos Yanomani e a dos Tikunas sem que haja qualquer reação dos chamados "neonacionalistas". São áreas, porém, que não apresentam interesse econômico imediato.

Da mesma forma como não se conhece contestação, por parte desse grupo, de que a Aplub e até multinacionais como a Manasa, detinham juntas mais de 6 milhões de hectares. Pelo contrário, o governador está negociando com os japoneses uma área de 800 mil hectares para que eles instalem a chamada Eco City.

Entre 68 e 70, aproximadamente 1 milhão e trezentos mil hectares, na área da futura hidrelétrica de Balbina, foram divididos em 429 lotes de 3 mil hectares cada e distribuídos graciosamente entre alguns milionários de São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Alguns, utilizando o expediente familiar, obtiveram mais de 12 mil hectares. A maioria deles, como já seria de se esperar, não conhecem sequer a sua "propriedade", nunca cultivaram um pé de mandioca ou qualquer outro vegetal, mas se consideram no direito de exigir indenização pela inundação da área, provocada pelo lago de Balbina. Nunca se viu uma autoridade governamental denunciando ou mesmo questionando essa imoralidade.

O argumento de que a demarcação das reservas indígenas trariam

prejuízos econômicos ao Estado, em função do fechamento de Mineradoras ou condenariam o caboclo a morrer de fome pela falta de áreas para cultivar, tem o mérito de evidenciar qual é efetivamente a preocupação do governo (minérios) mas não resiste a mais simplória análise, senão vejamos:

* O orçamento do Estado do Amazonas para 1992, recentemente aprovado pela Assembleia Legislativa, prevê uma receita de 1 trilhão, 262 bilhões e 529 milhões, dos quais apenas 100 milhões serão arrecadados em decorrência da exploração mineral no Estado. Se alguém vai ter prejuízo com a eventual interrupção da atividade mineradora não é o Estado e sim as mineradoras.

* De tudo que é consumido em Manaus, 96% vem de outros estados. Como não existe, ainda, as reservas indígenas, fica evidente que não são elas as responsáveis pela inexistência de uma produção agrícola a nível estadual. De qualquer forma vale ressaltar que apenas nas várzeas do Amazonas (12 milhões de hectares) é possível se produzir, sem maiores agressões ao meio ambiente, o

equivalente a 50% da produção agrícola nacional (25 milhões de toneladas), o que asseguraria a cada amazonense 12 toneladas de alimento por ano. Definitivamente, não é pela existência de área indígena que o nosso caboclo está morrendo de fome.

Entendemos, por fim, que as reservas indígenas devam ser imediatamente demarcadas, garantindo-se obviamente, as fronteiras nacionais. Os que consideram que o tamanho das áreas pretendidas estão exageradas, devem apresentar um estudo antropológico para fundamentar suas premissas, uma vez que a demarcação ora em questão está, até provas em contrário, amparada num estudo antropológico insuspeito da própria Funai.

Ademais, nunca é redundante questionar porque uma multinacional pode dispor de 4,5 milhões de hectares de nossas terras para pura especulação, e os índios - habitantes seculares dessa região - não podem dispor de 900 hectares para sua sobrevivência.

Eron Bezerra

Invasão arma a juventude

Os estudantes paranaenses obtiveram grande vitória política no início de 1992, em Curitiba.

Trata-se da reintegração de posse da sede à legítima diretoria da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES).

A entidade estadual foi uma das agremiações junto com as do Piauí e Rio Grande do Sul que durante o regime militar não foram fechadas. A história do movimento secundarista no estado traz poucas lideranças que não curvaram-se à ditadura, e a definição da existência de um fisiologismo na direção estadual no passado é reflexão das bases. Comprovação disto são os anais da UPES (aliás, esta conta com os registros mais antigos entre as representações estaduais), que mostram desde homenagem a ministro militar até o não apoio a justas lutas dos professores.

A reintegração foi na verdade, um ato conseqüente e ousado das lideranças, ex-diretores e diretores com posições manifestadamente mais coerentes no estado. Mas quem nos dá detalhes e Paulo César Medeiros, o Paulinho, que presidiu a entidade em 89/90, "a UPES tem uma trajetória caracterizada por atitudes omissas ou anti-democráticas. No congresso em que fui eleito a direita não

aguentou a forte aliança que montamos com os independentes, PDT, PT e setores do PMDB. Na plenária final, vindo de uma eminente derrota, fugiram, registraram em cartório uma diretoria fictícia e enclausuraram-se nesta sede, que hoje, finalmente é dos estudantes".

Dificuldade foi a marca da gestão 89/90 tendo os comunistas a frente. Mesmo com a solidariedade ajuda dos movimentos populares, constitui-se em grandes entraves os problemas estruturais.

No momento crescem as perspectivas, André Santim do PCdoB e atual presidente da UPES sentencia "confio nessa moçada, realizaremos nosso congresso estadual e a próxima diretoria saberá encaminhar as lutas que iniciamos neste semestre, deixando a sede azeitada como uma arma".

Abandonada pelos falsos dirigentes, com o patrimônio ruído, não houve dúvidas quanto a invasão, a casa encontrava-se sem água, luz, telefone e os impostos vencidos. Os pelegos não deram sinal de vida. A sede já está funcionando, a sustentação política, no momento (de férias escolares), tem sido dada por lideranças estudantis do interior do estado, parlamentares, sindicatos e personalidades.

Quadro I - Comparação entre áreas indígenas e não indígenas.

Identificação	Localização da área (Região)	Relação área / população / habitantes		
		Área (ha)	População	Hectare/individ.
I - Área Indígena				
* Yanomani	Roraima/Amazonas	9.419.108	9.910	950,0
* Tikuna (Evaré I)	Tabat./ S.P.Oliv.	313.125	7.333	42,7
* Tikuna (Evaré II)	S. P. Olivena	93.950	2.200	42,7
* Tikuna (S. Leop.)	Benj. Constant	69.271	400	173,1
* Tikuna (S. Anton.)	Benj. Constant	1.065	1.095	0,9
I.1 - Outras áreas indígenas				
* Apurinã	Pauni e Lábrea	124.000	110	1.127,2
* Zuruaha	Tapauá (Acre)	239.070	130	1.839,0
* Tenharin	Humaitá	488.550	250	1.954,2
* Matis, Mayoruna, Kulina, Kanamari e outros.	B. Const., Atalaia	8.338.000	3.000	2.779,3
* Paumari e Apurinã	Lábrea	784.000	270	2.903,7
II - Áreas não indígenas				
* Paulista, Cariocas, etc.	Hidrelétrica de Balbina	1.287.000	429	3.000,0
* Japoneses (Eco-City)	Amazonas	800.000	01	800 mil
* Manasa / Aplub	Amazonas	6.000.000	02	3 milhões

Salários em baixa no setor automobilístico

Leandro Schillpake*

No sistema econômico capitalista, especialmente em economias subdesenvolvidas, como a do Brasil e em setores oligopolizados como a indústria automobilística os preços podem expressar a distribuição de valores entre os participantes da produção.

Se é que pode-se considerar, os capitalistas deste cartel como integrantes de algum processo produtivo, os números da tabela abaixo fazem a relação salário x lucro, tendo como base o preço dos automóveis.

Crise dos salários

A participação dos salários despencam do já baixo percentual de 6,4% em março de 1986 para 3,71% em setembro de 1991. Num acompanhamento mais preciso, em novembro de 86 o percentual chega a 3,3% e os lucros elevam-se a 13%, neste momento a participação dos salários nos "custos" totais das montadoras eram de 16,1%. Em abril de 1987 a participação dos salários sobe para 4,1% no preço dos automóveis e o lucro é computado em 11,2%. Porém em outubro e dezembro de 1988 a participação sofre sucessivas quedas, 3,4% e 3,2%, sendo que o lucro registra respectivos índices de 18,8% e 19,5%. Aqui a mão-de-obra dos trabalhadores representa 11,8% nos custos das montadoras. O mês de outubro de 1989 marca 2,9% para os salários e 22,8% para os capitalistas no conflito distributivo.

A redução do peso dos salários é determinada por dois fatores fundamentais: primeiro a política salarial das empresas que segue as regras do governo, segundo, estas empresas detêm o poder do mercado reajustando os preços dos veículos acima da média de outros setores, ou seja, além de construir veículos fabrica-se inflação.

Crise da indústria

A indústria automobilística brasileira,

ou ainda a indústria de automóveis no Brasil (apesar dos números acima, estes o verdadeiro problema), incorpora o alarde internacional das dificuldades do setor. Não é difícil entender, as exportações de materiais de transporte, veículos e auto-peças bem como os incentivos fiscais no passado, como a redução do Imposto de Renda sobre o lucro de exportação de manufaturados, foram para o setor um sustentáculo.

Hoje, com a formação das economias em blocos, a ascensão industrial japonesa e a destinação de investimentos em outros países que não o Brasil, mostram que neste cenário não há espaço para a indústria dita brasileira. Ao que parece a recuperação do mercado interno depende da recuperação do poder aquisitivo da população e inovações tecnológicas devem ser combinadas para a produção de veículos de utilidade pública, como ônibus e caminhões.

Para alguns adversários políticos de Bush, a receita para os

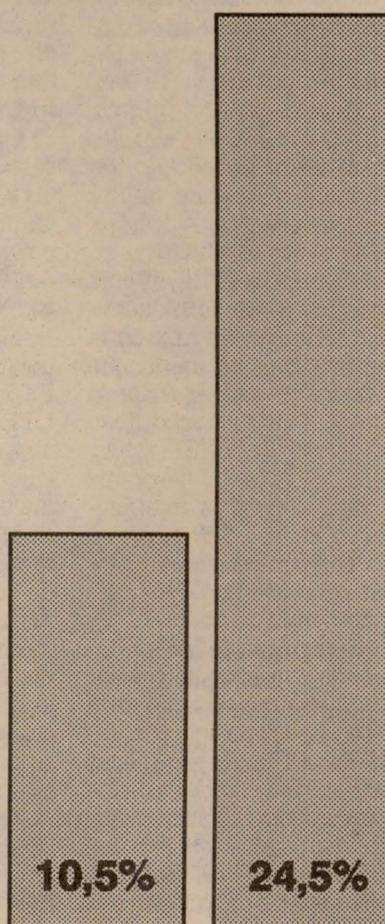
capitalistas norte-americanos é aparentemente contrastante, fechar o mercado aos japoneses e construir modelos com volante à direita e uma distância menor entre os eixos para transitar em vias estreitas (como as do Japão!) criando empregos.

Sindicato e indústria

A crise da indústria automobilística será debatida num seminário a realizar-se nos dias 24 e 25 de janeiro, os participantes são diversas entidades que atuam na área como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, representantes do governo, montadoras, fabricantes de auto-peças e distribuidores de veículos. Na pauta consta, mercado interno, mercado externo, tecnologia, impostos e novos projetos. Nenhum dos participantes adiantou que proposta apresentará para a superação da crise na indústria.

* Colaborador da Classe

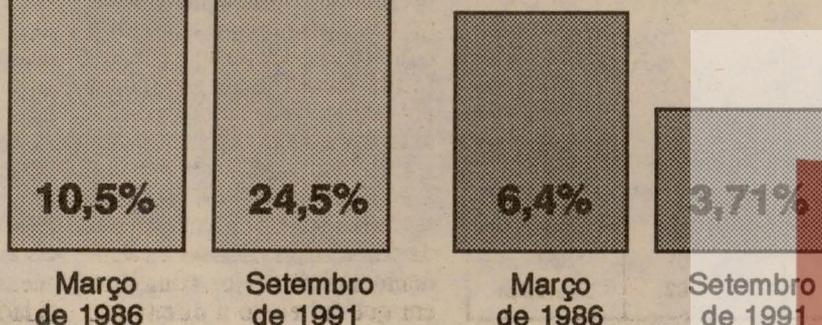
Margem de lucro das montadoras nos preços dos automóveis



De março de 1986 até setembro de 1991, as montadoras aumentaram sua margem de lucro no preço final dos automóveis em 133%, segundo um estudo elaborado pelo Dieese.

No mesmo período, a participação dos salários no preço final dos carros caiu 42%.

Participação dos salários nos preços dos automóveis



QUESTÃO DE ORDEM

CUT: agitação política contra o cupulismo

SÉRGIO BARROSO*

Um breve balanço dos três meses de gestão da nova direção da CUT, aponta grande dispersão na ação de massas.

Subordinada à vacilante orientação política, as greves e o combate a recessão não só pulverizaram-se, como não se voltaram politicamente, de maneira contundente, contra o falsário do Planalto.

De julho a setembro de 1991 ocorreram 153 greves, abarcando cerca de 2 milhões e setecentos e setenta trabalhadores (DESEP-CUT). Os trabalhadores do serviço público participaram com 54% do número de grevistas - precisamente 1.222.350 - correspondendo a 30% das greves realizadas. Já os trabalhadores do setor privado aumentaram em 152% sua presença nas greves, relativamente ao mesmo período em 1990, embora tenha havido importante redução no número de greves (DESEP).

Toda essa intensa mobilização já indicava a urgência de se elevar a "guerra" contra o desemprego e o arrocho salarial a um patamar político. Em certo sentido, é um desafio para o conjunto das correntes sindicais encontrar novas formas de luta e resistência, em contraposição ao facão neoliberal impositor de 7 milhões de desempregados.

Tática covarde

Dezembro marcou o colapso da popularidade de Collor. A última pesquisa de opinião pôs a cabeça de Collor sob a guilhotina: miseráveis 8% de "aprovação", robustos 63% de "desaprovação", ("ruim e péssimo" - Datafolha)

A Executiva Nacional da CUT debateu durante dois meses (?) a crise política do governo. A polarização evidente na Executiva balizou-se no "contra" ou "a favor" do Fora Collor. Sindicalistas da "Articulação" (com o PCB a tiracolo) aferraram-se à infantilidade duma campanha "por uma vida melhor, contra a recessão...". Abastardando o eixo tático de combate, os companheiros da maioria da Executiva recusaram o enfrentamento sem rodeios ao funcionário "ad hoc" do FMI, Collor de Mello, omitiram-se em responsabilizar politicamente o administrador de plantão do projeto neoliberal, este duramente criticado pela Central.

Na reunião da Direção Nacional da CUT (9 a 13 de dezembro) as posições se repetiram. A maioria sequer apresentou proposta alternativa à diretiva Fora Collor. Destacando a importância da decisão, a Corrente Sindical Classista formulou um outro sentido para a questão: "Pelo fim do governo Collor", enfatizando um rumo mobilizador global para batalha operária. A votação conferiu 43 votos à turma dos "panos quentes", e 27 ao restante das outras forças.

Fogo cerrado sobre Collor

A resolução aprovada, no entanto, é razoável. Praticamente, ela possibilita manter Collor na alça de mira. Definiu um dia nacional de protesto, de grande peso, para março próximo.

Ocorre ainda que o governo começa o ano em maiores dificuldades. A revolta e manifestações dos aposentados, apoiados na CUT, conseguiram expulsar Magri - o operário-patrão - do ninho palaciano. Pós a nu a vergonhosa subalternidade da política econômica de Collor aos larápios do Fundo Monetário Internacional, cujo chefe, monsieur Camdessus, declarou "tudo azul", o crescimento zero para a economia em 1992, exigindo ainda o calvário dos aposentados.

Inevitável, portanto, desaguar a grande insatisfação contra o presidente e seu governo.

Trata-se de organizar, politicamente, toda espécie de protesto contra Collor e seu governo. Declarar guerra a sua obcecada tentativa de liquidar as bases da Nação Brasileira.

* Secretário de Imprensa da CUT Nacional - Coordenador Nacional da Corrente Sindical Classista



COM
Fundação Maurício Grabois

Confrontos à vista

Está se agravando cada vez mais a batalha comercial entre as grandes potências imperialistas. Os Estados Unidos continuam em grande desvantagem em relação ao Japão e a Comunidade Econômica Européia.

Ao final de 91 os EUA fecham sua balança comercial com um déficit de nada menos que US\$ 65 bilhões.

Um pouco menor que os anos anteriores, é verdade, mas muito mais em função de uma diminuição da demanda interna, fruto do desemprego, do que devido a um aumento significativo nas exportações.

O Japão, ao contrário, contabilizou um saldo positivo de US\$ 78,2 bilhões resultantes da diferença de US\$ 314,6 bilhões de exportações contra US\$ 236,37 bilhões de importações.

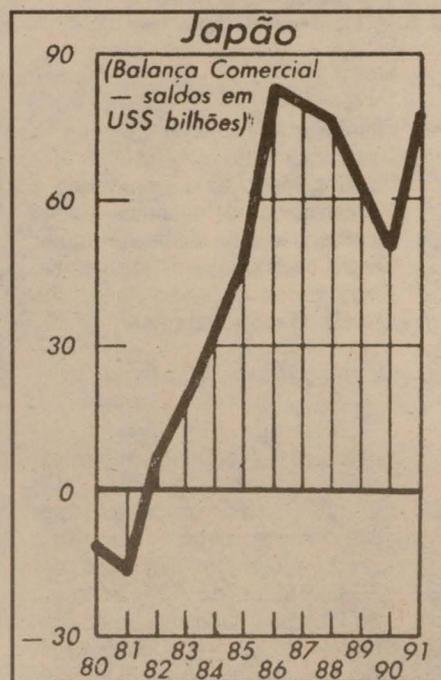
Uma performance 50% superior a 90 e que, segundo previsões poderá alcançar os US\$ 106 bilhões em 92. Foi uma vantagem de US\$ 38,45 bilhões em relação aos EUA, US\$ 27,38 bilhões em relação a CEE e de US\$ 31,76 bilhões em relação a Ásia.

O GATT morreu

Após 5 anos de infrutíferas negociações da chamada Rodada do Uruguai, é essa a conclusão que se pode chegar em relação a esse organismo fundado nos fins da década de 40 e que durante muito tempo serviu de instrumento à hegemonia comercial norte-americana no mundo.

A França, maior produtor agrícola da CEE descartou definitivamente as propostas do coordenador geral do GATT, Dunkel, que visava paulatinamente ir diminuindo os subsídios agrícolas. Tais subsídios fazem com que os produtos sejam mais competitivos no mercado internacional.

O quadro que vai se delineando é profundamente contraditório com a tão propalada "nova ordem mundial", de paz e liberalismo econômico de Bush, o desprestigiado presidente americano. Isso é o que se pode deduzir de suas próprias declarações. Após a frustrada investida sobre o Japão no começo do mês, Bush



Fonte: FMI e Centro de Informações Gazeta Mercantil

declarou que a posição europeia quanto aos subsídios agrícolas é como uma "cortina de ferro de protecionismo comercial".

Protecionismo e blocos

Na realidade o que vai marcando de maneira cada vez mais acentuada a cena internacional no tocante às relações

comerciais é o protecionismo das grandes potências e a formação dos grandes blocos econômicos sob a hegemonia de cada uma delas.

Agora no fim do mês vários países asiáticos vão se reunir para discutir a proposta da formação de um Conselho Econômico do Leste Asiático sob a liderança do Japão, visto por muitos países da região como "um confiável financiador da Ásia". Os EUA estarão de fora dessa nova organização.

Está em curso também a criação de uma zona de livre comércio envolvendo os países da ASEAN (Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Brunei) já que, segundo o primeiro-ministro de Singapura, o autor da proposta, "a CEE e a América do Norte estão formando blocos econômicos".

De outra parte um estudo divulgado recentemente na Europa dá conta de que a Alemanha vai se sobrepondo ao Japão e aos EUA, de maneira significativa, quanto aos investimentos nos países do Les-

te europeu e na extinta União Soviética.

Futuro de paz?

Com o fim da URSS, mergulhada em profunda crise, foi afastada a ameaça que pesava sobre os EUA, a Europa e o Japão, ameaça essa que sempre foi um fator muito forte de unidade entre esses países.

Agora as disputas entre eles ganham novo impulso.

As pressões e declarações agressivas dos EUA surtem cada vez menos efeitos. A quebra da hegemonia econômica e financeira dos EUA é irreversível e a crise cíclica na qual vêm metidos há quase dois anos não apresenta sinais de arrefecimento.

Aliás, segundo o economista J. K. Galbraith, a economia americana está saindo da recessão e entrando na depressão.

Numa situação como essa não é de se esperar um mundo de paz e harmonia para um futuro próximo.

Dilermando Toni
editor

A guerra na Iugoslávia e a disputa das potências

UMBERTO MARTINS

Cerca de 10 mil mortos, um número bem maior de feridos e meio milhão de deslocados, formam, até o momento, o saldo interno da guerra civil na Iugoslávia, deflagrada em junho de 1991. A paz não parece próxima, apesar do cessar-fogo (o 15º) que entrou em vigor no início deste ano.

É grande o perigo de que os conflitos, concentrados na Croácia, se propaguem para outras regiões da combatida federação, como Bósnia-Herzegovina e Macedônia, não se podendo descartar a hipótese de que outros países da Europa Oriental sejam envolvidos.

Ao lado disto, a guerra tem sido pródiga em efeitos externos. O conflito apressou mu-

danças importantes na diplomacia européia, revelando a crescente hegemonia política da Alemanha sobre o conjunto da região. No que foi, conforme comentou o jornal *The New York Times*, o "primeiro ato isolado" da diplomacia germânica desde a 2ª Guerra, o governo de Helmut Kohl reconheceu, em dezembro, a Croácia e Eslovênia como países independentes.

Vitória alemã

No dia 15 de janeiro, toda a Comunidade Econômica Européia (CEE), inclusive uma relutante Inglaterra, acompanhou a decisão alemã, acatando a separação das duas repúblicas iugoslavas, a despeito da Sérvia. O ato foi considera-

do como "uma grande vitória do nosso país" por Kohl e é marco, de fato, de uma mudança decisiva no cenário diplomático que foi característico na Europa nas últimas décadas, herdado do pós-guerra. O comando da comunidade começa a ser exercido por outras mãos.

O episódio marca uma indelével derrota política do imperialismo norte-americano, que durante todo o ano passado ofereceu um discreto apoio aos sérvios, interceptando o reconhecimento da Eslovênia e Croácia na CEE, onde suas posições eram representadas pela Grã-Bretanha, e na ONU. O governo Bush, ao menos no que diz respeito à Iugoslávia, terminou isolado na Europa, onde

sofre uma crescente e aberta contestação à sua política externa (em iniciativas como a conferência internacional em apoio a CEI, veja na página 12), especialmente por parte da Alemanha e França.

É sintomático dos novos tempos que também na Ásia a liderança política dos EUA desaba, e numa velocidade apreciável. O maior sinal disto, no ano passado, foi a perda das bases norte-americanas nas Filipinas, implantadas há 100 anos ("pagavam-nos muito pouco", comentou o presidente do Senado filipino). Tudo indica que também na Coreia do Sul, onde se prepara uma substancial redução da presença militar norte-americana ao mesmo tempo em que o governo ensaia uma aproxima-

ção maior com a Coreia do Norte, as coisas não vão bem. Operam-se transformações diplomáticas que certamente têm a ver com o crescente poderio japonês.

Com efeito, está em curso uma transição para uma espécie de "nova ordem mundial", mas qualquer que seja a conformação que esta venha ter, o sentido espontâneo dos acontecimentos não corresponde aos interesses dos EUA. A ordem em ruína é precisamente a que tem por base a hegemonia norte-americana. Evidentemente, as classes dominantes ianques serão cada vez mais tentadas a exercer o argumento militar (onde mantêm uma incontestável hegemonia) para alterar os rumos da história.

Resultados das Conferências Regionais

Uma das maiores delegações ao 8º Congresso será do estado do Amazonas que reuniu nada menos que 1.208 camaradas na base. Foram representantes de 22 municípios de um total de 60. Além disso, participaram 4 distritais de Manaus, a capital. O novo Comitê Regional eleito é composto de 42 membros, entre efetivos e suplentes. Foram feitas cerca de 40 intervenções no rico debate sobre as questões de partido. Entre outras moções foi aprovada uma em que os comunistas reunidos se solidarizaram com os camponeses que vem

sendo vítima de sucessivos massacres na região amazônica. Abaixo um quadro ainda incompleto com os nomes dos estados e suas respectivas delegações.

Estado	Nº de Delegados
Acre	6
Alagoas	27
Amazonas	46
Bahia	51
Ceará	38
Distrito Federal	6
Espírito Santo	20
Goiás	19
Maranhão	20
Mato Grosso	6
Mato Grosso do Sul	*

Estado	Nº de Delegados
Minas Gerais	26
Pará	41
Paraíba	19
Paraná	8
Pernambuco	17
Piauí	8
Rio de Janeiro	18
Rio Grande do Norte	11
Rio Grande do Sul	53
Rondônia	1
Santa Catarina	21
Sergipe	8
São Paulo	44
Tocantins	*
Total	514

* Dados que ainda não chegaram

TEORIA E PRÁTICA

Com a palavra Karl Marx

BERNARDO JOFFILY*

Discute-se hoje, dentro e fora do PCdoB, se o socialismo é ou não inevitável. Certa passagem de Engels ("socialismo ou barbárie") é citada com frequência no esforço para demonstrar que não seria marxista afirmar que a emancipação dos trabalhadores é o fruto necessário e obrigatório do desenvolvimento capitalista.



A polêmica é fecunda, instrutiva, mas convém atentar para a opinião, e a sólida fundamentação teórica, do próprio Karl Marx. Na sua obra principal, *O Capital*, Marx dedica todo um capítulo à reconstrução histórica da *acumulação primitiva* da propriedade burguesa. E ao concluí-lo volta-se para o futuro, para a *Tendência histórica da acumulação capitalista* (*O Capital*, Livro I, cap. 32). E diz:

Os expropriadores expropriados

"Agora, trata-se de expropriar não mais o trabalhador independente, mas o capitalista, chefe de um exército ou batalhão de assalariados. Esta expropriação se dá pelo jogo das *leis inerentes à produção capitalista*, que levam à *concentração dos capitais*. Paralelamente a ela, à expropriação de muitos capitalistas por uns poucos, desenvolvem-se sempre mais a aplicação da ciência e da técnica, a exploração metódica e conjunta da terra, a transformação dos utensílios em instrumentos passíveis apenas de uso em comum, a economia dos meios de produção, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado universal, e portanto o caráter internacional do regime. A medida em que diminui o número dos potentados do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste período de evolução social, crescem a miséria, a exploração, a escravatura, a degradação, a exploração, mas também a resistência da classe operária, cada vez maior e mais disciplinada, unida e organizada pela própria produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave ao modo de produção que cresceu e prosperou sob seus auspícios.

A socialização do trabalho e a centralização de suas vantagens materiais já não cabem mais em seu invólucro capitalista. Rompe-se o invólucro. Soa o dobre de finados da propriedade capitalista. Os expropriadores são por sua vez expropriados.

"A apropriação capitalista constitui a primeira negação, da propriedade privada que deriva apenas do trabalho independente e individual. Mas a *própria produção capitalista engendra sua negação, com a mesma fatalidade das metamorfoses da natureza. É a negação da negação.*"

Desafio aos questionadores

E o velho Marx conclui o trecho citando a si próprio, no *Manifesto Comunista* de sua juventude.

"O progresso da indústria, que tem na burguesia seu veículo passivo e incosciente, substituiu pouco a pouco o isolamento dos trabalhadores nascido da concorrência por sua união revolucionária por meio da associação. A medida em que a grande indústria se desenvolve, a própria base sobre a qual a burguesia assenta sua produção e sua apropriação de produtos desmorona-se sob seus pés. O que ela produz acima de tudo são seus próprios coveiros. Sua eliminação e o triunfo do proletariado são igualmente inevitáveis."

O questionamento da *fatalidade* do socialismo não pode deixar de lado este capítulo de *O Capital* - nem tanto pela autoridade de seu autor, mas acima de tudo pela solidez de sua demonstração.

Patrimônio do marxismo

Em fevereiro completam-se 115 anos da publicação do *Anti-Düring*, um clássico da literatura marxista escrito por Friedrich Engels. O prof. Düring escreveu um livro onde entrelaçava o materialismo mecanicista com o positivismo e o idealismo, e com essa miscelânea declarava a pretensão de ter solucionado os principais problemas relativos à economia, filosofia e à teoria do socialismo.

Ao polemizar com as idéias reformistas de Düring, Engels denunciou e combateu as deturpações e o caráter burguês do pensamento duringiano e reafirmou os princípios do socialismo científico.

Hoje o estudo desta obra tem alto valor para os revolucionários porque nos instrumentaliza teoricamente e, sobretudo nos fortalece para os embates com os ideólogos do marxismo como sinônimo de teoria arrasada, morta e enterrada, que bebem sofregamente nas fontes que saciaram Düring: o anti-marxismo.



80 anos de João Amazonas

Homenagem

Numa cerimônia bastantes singela mas cheia de calor e camaradagem, os comunistas de São Paulo prestaram uma homenagem ao companheiro João Amazonas quando da passagem dos seus 80 anos transcorrida no início de janeiro.

Na ocasião usaram da palavra o deputado pelo PCdoB de São Paulo, Jamil Murad e o camarada Freitas, operário metalúrgico do Rio Grande do Sul. Ambos destacaram o exemplo de vida de Amazonas que desde o início da década de 30 tem dedicado ininterruptamente seus esforços à causa e ao partido.

Após os discursos os comunistas presentes fizeram uma animada confraternização.

8º Congresso - Balancete

Nesta edição de *A Classe Operária*, estamos publicando um demonstrativo de receitas e despesas do 8º Congresso. Trata-se de uma prestação de contas ainda parcial. Mas entendemos ser um direito e um dever de cada militante do PCdoB, delegado ou não ao 8º Congresso, tomar conhecimento, ver o resultado do esforço realizado pelo atual CC, seu Secretariado e o coletivo partidário. As demais despesas ainda a serem pagas e que somam Cr\$ 82.471.000,00 serão pagas exclusivamente com a taxa estipulada para cada delegado. Longe do que pensam os defensores do neoliberalismo, social-liberalismo, o futuro pertence ao socialismo científico, à democracia proletária. Vamos todos firmes, felizes e dispostos a transformar o 8º Congresso no evento político-ideológico do ano, em vitória do marxismo-leninismo, da luta pelo socialismo científico no Brasil e no mundo.

(Arthur de Paula)

Créditos		Despesas a serem pagas em Brasília	
Campanha dos "mil"	2.416.894,16	Alojam. para delegados	15.919.568,00
Contribuições gerais	22.170.733,00	Aliment. para delegados	18.400.000,00
Cruzados desbloqueados	13.914.000,00	Transporte	560.000,00
Livro Ouro	700.000,00	Delegações convidadas	23.747.240,00
Jantar SP e DF	1.444.000,00	Coertura em vídeo e TV	20.000.000,00
Teses	3.335.015,00	Encerramento	3.850.000,00
Materiais	10.823.651,74	TOTAL	82.471.000,00
Transferido da C. Conj.	500.000,00		
Rendim. Fundo Ouro (6/91-1/92)	7.442.931,43		
Depósito inicial (CC 4065-7)	150.000,00		
Não identificados (6/91-1/92)	2.742.554,00		
Contribuição ALDO REBELO	5.135.000,00		
Contribuição HAROLDO LIMA	7.176.000,00		
Contribuição IANDIRA FEGHALI	5.135.000,00		
Contribuição RENILDO CALHEIROS	5.135.000,00		
Contribuição SOCORRO GOMES	5.135.000,00		
Cont. Comis. Nac. de Juventude	370.000,00		
TOTAL	93.726.379,33		
Débitos			
Tribuna de Debates	16.234.536,00		
Teses	4.473.816,26		

SOCIALISMO

O povo vai às ruas contra o mercado na ex-URSS

UMBERTO MARTINS

Embora saudado pelas forças reacionárias como o acontecimento que consumou a derrota do socialismo, o fim da União Soviética não criou uma situação de estabilidade política para a burguesia. Muito pelo contrário. Os países formados com a independência das repúblicas soviéticas debatem-se com uma grave e crônica crise, derivada do colapso econômico e, entrelaçadas com este, das contradições nacionais.

Com atraso em relação aos países da Europa Oriental, ex-socialistas, começou agora no que antes foi a União Soviética a fase mais drástica, talvez a mais custosa, de reestruturação da economia com vistas ao estabelecimento do domínio da propriedade burguesa e do mercado. Não parece provável que este processo seja levado a bom termo, do ponto de vista dos interesses capitalistas. O preço político das reformas está se revelando alto demais diante do cacife das elites.

Liberação dos preços

O ano novo teve início na Rússia com a reforma (liberação) dos preços, essencial à reestruturação econômica capitalista. Os outros membros da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que sucedeu a URSS, foram forçados a seguir a orientação de Ieltsin (ainda que contrariados, como a Ucrânia), já que o rublo segue sendo a moeda comum da região.

O governo russo planeja privatizar 50% das estatais até o final deste ano. Tais medidas, com as quais se pretende ultimar, no plano econômico, a transição ao sistema capitalista, estão determinando o agravamento das contradições e das lutas entre as classes e acrescentando novos ingredientes de instabilidade política na região.

Muitas mercadorias aumentaram de uma só vez entre 10 a 30 vezes. Obviamente o povo não gostou. Ieltsin observou isto numa visita que fez às cidades russas. Em São Petersburgo, conforme a agência norte-americana de notícias "Associated Press" (AP), defrontou-se com protestos "em cada parada".

Os operários recorrem cada vez com mais frequência à greve e multidões se reúnem em manifestações públicas exigindo o controle dos preços e a renúncia de Ieltsin.



Carregando faixas e fotos de Stálin, os manifestantes enfrentaram a neve para protestar e pedir a renúncia de Yeltsin na Praça Manezh, junto ao Kremlin

Forças de esquerda, e em especial os comunistas, estão passando a desfrutar de crescente prestígio entre as massas, enquanto declina a popularidade das lideranças burguesas, malgrado as vitórias políticas que obtiveram nos últimos anos e que há pouco pareciam sólidas.

Os outros países da CEI enfrentam dificuldades semelhantes. No Uzbequistão um protesto estudantil contra a carestia decorrente da reforma foi reprimido brutalmente por determinação do governo. Seis manifestantes morreram e vários outros ficaram feridos. Com a finalidade de conter a indignação popular, as autoridades reduziram os preços de diversos produtos, um comportamento prudentemente adotado também no Azerbaijão e no Cazaquistão.

Ieltsin isolado

Sob pressão, o governo russo vem sendo forçado a reduzir o ritmo das reformas. Num prazo curto, a liberação dos preços, aliada à emissão desenfreada de rublos, tende a levar à hiperinflação. Todas as previsões, com exceção das que são feitas por Ieltsin e seus assessores econômicos, pintam um quadro pessimista. Além da crescente carestia, que não está tendo a contrapartida de uma maior oferta de produtos capaz de reduzir a escassez, os trabalhadores so-

frerão um processo de desemprego em massa e a produção industrial registrará uma queda ainda mais acentuada este ano, agravando a crise econômica.

Não é só à esquerda que o presidente russo enfrenta oposição. Até mesmo o seu vice, Alexander Galkin, afirmou há poucos dias que não há "nem governo nem democracia na Rússia". Galkin teme que, talvez ainda em 1992, ocorra uma "grave explosão social. As reformas, aqui, serão muito mais dolorosas que na Europa Oriental. O ponto de partida econômica é muito mais baixo e não desfrutamos da estabilidade política da Europa Oriental. Praticamente a única coisa a nosso favor é a popularidade de Ieltsin, que no entanto pode vericicar-se apenas temporária", comentou. Os institutos de pesquisas parecem confirmar suas palavras e, no que diz respeito à reforma dos preços, um levantamento divulgado pelo jornal "Izvestia" mostra que o número dos que "não podem suportar os novos preços" já subiu de 25% no início do ano para 40%.

Frágil burguesia

A precariedade do governo Ieltsin foi ilustrada com um exemplo interessante pelo vereador Boris Kagarlitsky, de Moscou, em uma entrevista ao *Jornal do Brasil* (publicada dia 29/12/91). "Três sema-

nas atrás", conta o parlamentar, "os sindicatos e o Partido do Trabalho organizaram um piquete de greve e Ieltsin mandou a polícia reprimir. Os policiais foram, olharam e se recusaram a reprimir. Então o governo mandou os oficiais, mas eles se comportaram da mesma maneira. Finalmente, Ieltsin despachou o comandante da força policial, que disse o seguinte: 'Apóio vocês porque também eu gostaria que meu salário fosse aumentado'." Enfim, conforme comenta o vereador, o presidente não tem muito poder sequer sobre a sua própria polícia.

A fragilidade de Ieltsin é expressão de um fenômeno social de caráter mais geral, que está se revelando o *calcanhar de Aquiles* do capitalismo naquele país e é comum na ex-União Soviética e na Europa Oriental: a fraqueza da burguesia que exerce o domínio político, classe cuja origem mais próxima tem sido quase sempre a carcomida e corrupta burocracia cevala durante os regimes revisionistas e que agora busca se apoderar, diretamente e em associação com o capital estrangeiro, da propriedade pública, através do processo de privatização. Trata-se de um modo *sui generis* de acumulação primitiva de capital. Por meio do poder estatal busca-se usurpar a propriedade das empresas, mas a verdade é que tal burguesia já nas-

ce fraca, descaradamente entreguista, procurando uma inserção dependente e subordinada ao sistema imperialista mundial.

Esta fraqueza se reflete na carência de uma base social sólida para o exercício do poder. Aliado à crise econômica, este fator vem provocando um rápido desgaste dos novos regimes implantados na ex-URSS e na Europa Oriental. Na Polônia os resultados das últimas eleições parlamentares evidenciaram o fenômeno, mas um exemplo patético disto vem de uma ex-república soviética, a Geórgia, agora a caminho de uma nova guerra civil, depois que o presidente eleito com 87% dos votos em maio do ano passado, o xenófobo Zviad Gamsakhurdia, foi apeado do poder.

Conflitos nacionais

A perspectiva é de que a crise econômica também impulsiona os conflitos nacionais, sobretudo entre Rússia e Ucrânia. Os motivos que levaram a uma certa unidade entre os países da ex-URSS para a formação da CEI, sobretudo o desejo de independência e liquidação do poder centralizado em Moscou (em tese nas mãos de Gorbachov), já se esgotaram cedendo lugar às contradições entre as elites das diferentes nações, fomentadas por interesses econômicos divergentes acirrados pela crise. A Rússia quer impor seu domínio, mas enfrenta fortes resistências. A CEI, por isto, é uma instituição de caráter precário, que deverá ter vida curta. O fantasma de guerras civis mais abrangentes, de que a Iugoslávia poderia ser considerado um modelo em miniatura, não está afastado.

Finalmente, é preciso considerar que tais contradições se desenrolam no contexto de uma crise mais geral do sistema imperialista. As potências capitalistas denotam preocupação: "Ninguém pode descartar a possibilidade de que forças políticas mais obscuras estejam latentes, representando os restos do stalinismo ou o nascimento do extremismo nacionalista", declarou o secretário de Estado norte-americano, James Baker, ao anunciar uma conferência de 60 países, realizada dias 21 e 22 com o objetivo de promover uma ajuda mundial à região.